POLÍTICA DE DADOS E INDICADORES CULTURAIS

o caso da rede de Pontos de Cultura do estado de Goiás

DATA POLICY AND CULTURAL INDICATORS: THE CASE OF THE NETWORK OF PONTOS DE CULTURA IN THE STATE OF GOIÁS

Pablo Lopes[1]

1 Gestor cultural. Mestre em Antropologia Social e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás. Email: pablopesr@gmail.com

RESUMO:

O presente estudo tem como objetivo obter um retrato da atuação dos Pontos de Cultura do Estado de Goiás (2021–2024), a partir de dados coletados que englobam as dimensões: econômica, política, social, cultural, de comunicação e difusão. Por se tratar da primeira pesquisa de indicadores culturais quantitativos deste campo, foram analisados indicadores que buscam compreender como instituições sem fins lucrativos ou coletivos representados por pessoa física reconhecidos pelo Ministério da Cultura como Pontos de Cultura atuam e se articulam com o território que têm atividades realizadas. O levantamento de dados quantitativos acontece por meio da aplicação de um instrumento de pesquisa, que possui 67 questões fechadas. Para a aplicação do formulário, foram realizadas duas etapas de pré-teste: a primeira etapa foi realizada com um grupo de 8 professores e pesquisadores de variadas áreas; na segunda etapa, foi aberta a 12 gestores culturais de outros estados. Os indicadores culturais produzidos é uma pesquisa inédita sobre a Rede de Pontos de Cultura do Estado e passam a compor a política de dados pública.

Palavras-chave: Infocracia. Indicadores. Culturais. Pontos de Cultura

ABSTRACT:

The present study aims to provide a portrait of the activities of the Pontos de Cultura in the state of Goiás (2021–2024) based on collected data encompassing the following dimensions: economic, political, social, cultural, communication, and dissemination. To this end, nonprofit institutions or collectives represented by individuals and recognized by the Ministry of Culture as Pontos de Cultura were investigated. The collection of quantitative data was carried out through the application of a research instrument containing 67 closed-ended questions. Two pre-test phases were conducted before the survey was administered. The first phase involved a group of eight professors and researchers, while the second phase was opened to 12 cultural managers from other states. The cultural indicators produced constitute a pioneering study on the Pontos de Cultura in the state and become part of the public data policy.

Keywords: Infocracy. Indicators. Cultural. Pontos de Cultura

Introdução

Os indicadores culturais surgem como ferramenta de gestão na administração pública na década de 1960. Presente em debates da UNESCO desde a década de 1970, o uso de dados e informação na gestão pública da cultura vem se consolidando como importante instrumento metodológico para a assegurar a tomada de decisão em políticas que tem como característica sua transversalidade e potencial de análise sociocultural.

A possibilidade de estabelecer um panorama mensurável, elaborado sob rigor científico, quanto às realidades sociais, econômicas e territoriais, e que leva em conta a diversidade presente nas interpretações de cultura, possibilita produzir importante subsídio à orientação e tomada de decisão em processos de diagnóstico, mapeamento, implementação e avaliação das ações do Estado no setor cultural.

Uma pergunta central e natural a esta discussão surge: **é possível medir a cultura?**

O termo indicador inevitavelmente nos remete ao universo numérico. Teixeira Coelho (2021) no seu livro *Dicionário crítico de política cultural* define indicadores culturais como" (...) objetos e eventos que traduzem um conjunto definido de traços culturais" (Teixeira Coelho, 2021, p. 236). Neste sentido, ao buscar

uma tradução do traçado cultural no território se estabelece uma disputa entre a mensuração estatística, mais cartesiana, e os sentidos por ora direcionados a experenciar as ações culturais. Por certo, durante um longo período o campo do conhecimento da economia e cultura ocuparam posições científicas distintas, até mesmo antagônicas.

Do ponto de vista econômico a cultura pode ser medida quanto à sua tributação e geração de emprego formal, sendo adotada de forma crescente pelos institutos públicos oficiais de estatística. No Brasil, destacam-se as séries históricas empreendidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio do *Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) (2011-2022)*, este como parte fundamental do Sistema Nacional de Cultura brasileiro.

No campo de análise teórica, Benhamou (2007), destaca que por sua particular lógica a economia da cultura vem tomando relevância quando observada especial potencialidade de verificação empírica de conceitos contemporâneos do campo econômico como a economia de atividades não-mercantis e a economia da informação, dinâmicas intangíveis e que guardam relação com aspectos sociais, o que a autora aponta como a "nova microeconomia". Cita, neste aspecto, o que asseverava o economista holandês Mark Blaug, em 1976: "a economia 'da arte' constitui uma sorte de terreno de experimentação sobre a pertinência de conceitos econômicos fundamentais".

Igualmente há de se destacar que somente com o avanço desta discussão no campo econômico as indústrias culturais e criativas passaram a ter uma caracterização que as contemple na dinâmica geral de produção e consumo de recursos.

Greffe (2004), explana que as indústrias culturais possuem, assim como outras atividades produtivas caracterizadas como indústria, uma dimensão econômica (investimento e faturamento) e uma social (emprego), porém também conta com uma particular dimensão: a possibilidade de expressar e dinamizar o capital simbólico das sociedades.

Este potencial outorga às indústrias culturais cada vez mais valor no desenvolvimento das nações e concomitantemente maior dificuldade de mensuração, ao menos em sentido quantitativo, uma vez que não se trata de algo tangível.

Desde a miríade conceitual oferta-consumo, podemos também situar as dinâmicas culturais no campo da antropologia urbana e pensá-la a partir da questão da acessibilidade cultural, já que intersecção território e cultura também atua na compreensão da atividade cultural vista desde o horizonte dos recursos, aplicado em um contexto social. Uma gama interpretativa, multidisciplinar, se mostra viável em simples exercícios como verificar a distância entre um equipamento cultural e os núcleos demograficamente adensados de um entorno urbano; observar sua oferta de modais de transporte público; considerar aspectos como condições segurança pública, educação e saneamento que circundam os potenciais públicos culturais; e caracterizar a variedade da oferta cultural em um recorte territorial específico. Ponderar sobre as possibilidades que o uso de indicadores nos permite, por fim, exercitar uma leitura crítica sobre as políticas públicas é o que se debruça o presente estudo com a pretensão de ser um espaço de ação que tem condições de oferecer condições propícias à prática cultural, por meio de incentivo e/ou formação de Redes de Pontos de Cultura no estado de Goiás. Neste aspecto, a presente pesquisa tem como objetivo obter um retrato da atuação dos Pontos de Cultura do Estado de Goiás, a partir de dados coletados que englobam as dimensões: econômica, política, social, cultural, de comunicação e difusão. As informações prestadas correspondem ao conjunto das ações dos Pontos de Cultura, os recursos mobilizados para manter as atividades culturais de base comunitária bem como a manutenção do Ponto em funcionamento, sua equipe, atividades, espaço físico e articulação territorial. O recorte temporal de análise da pesquisa compreende os anos de 2021 a 2024. Dessa maneira, foi possível obter um diagnóstico mais preciso do impacto da Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo junto com os Pontos de Cultura e, a partir

dos dados coletados, compreender as estratégias coletivas de articulação e ações compartilhadas entre os Pontos de Cultura no estado. As informações foram coletadas por meio de formulário online. Durante o período de 11 de outubro a 10 de dezembro de 2024, foram realizadas entrevistas com os gestores dos Pontos de Cultura, bem como a divulgação em grupos de mensagens para que os próprios agentes culturais pudessem responder o formulário de pesquisa. Conforme registro primário, nesse período de coleta de dados, havia cadastrados junto a plataforma do Governo Federal, a Rede de Incentivo e Disseminação de Iniciativas Culturais – Plataforma Cultura Viva: 147 Pontos de Cultura registrados. Deste universo, foram coletadas informações de 67 Pontos de Cultura, um Ponto de Cultura participou da coleta de dados e respondeu duas vezes o questionário com respostas idênticas. Assim, a análise realizada neste Diagnostico leva em consideração a amostra validada por 66 Pontos de Cultura.

Outrossim, é fundamental refletir e incentivar a tomada de decisões em torno de uma política de Estado que se faz presente em mais de 48 municípios goianos, entre os 246 existentes no estado de Goiás. No entanto, persistem desafios significativos no acesso às políticas de fomento, assim como na consolidação da gestão dos recursos captados pelos Pontos de Cultura. Esses aspectos demandam atenção cuidadosa, com o objetivo de reduzir a descontinuidade das atividades de instituições e coletivos culturais. Outro ponto que merece destaque é a organização em rede dos Pontos de Cultura, uma vez que a pesquisa aponta para um baixo engajamento nos modelos de participação social atualmente disponíveis e exigidos para essas iniciativas.

Neste artigo apresentaremos a metodologia utilizada para a coleta, o tratamento e a análise dos dados. O resultado deste processo revelou um diagnóstico que apresenta um Retrato dos Pontos de Cultura no Estado de Goiás (2021-2024) que busca identificar quem são os Pontos de Cultura, como se organizam, como produzem e difundem

suas ações e quais suas principais dificuldades e potencialidades econômicas e socioculturais nos territórios que atuam. As formas de mobilização e articulação junto a Rede de Pontos de Cultura do Estado de Goiás também foram identificadas.

Metodologia

POLÍTICAS DE DADOS E INDICADORES

Pela própria compreensão polissêmica que envolve a categoria Cultura, medi-la, mensurá-la com base quantitativa é uma tarefa inacabada, um exercício contínuo de compreensão e reflexividade que perdura nos estudos de ciências sociais, com mais ênfase, na disposição antropológica. Como parte desse exercício coletivo, identificar as variáveis que compõem a pesquisa no campo cultural, passa diretamente por saber quais são as ferramentas disponíveis para tal fim.

Nesse estudo, a escolha por utilizar a ferramenta indicador cultural aparece como dispositivo fundamental para a segurança metodológica dos dados descritivos que aparecem nas próximas seções. As variáveis teóricas e práticas, são fundamentais para a mensuração empírica do impacto cultural no mundo da vida. Por essa via, Carrasco Arroyo nos apresenta que

> "Un indicador es la manifestación geralmente numérica del análisis de un processo de identificación y medición de una información del sector a través de un algoritmo más o menos sofisticado, que facilita el acceso de la información a diferentes grupos de usuário, permitiendo transforma la información em acción." (Carrasco Arroyo, 2006, p. 142)

Entretanto, essa ação prática da informação produzida por meio dos indicadores muitas vezes é pactuada em um modelo de infocracia pautada num processo de digitalização de costumes e práticas que, como assinala Byung-Chul Han servem ao capitalismo da informação. "A técnica digital da informação faz com que a comunicação

vire vigilância. Quanto mais geramos dados, mais a vigilância fica eficiente" (Han, 2022. p.35). Essa dimensão coercitiva da produção de indicadores pautam, principalmente a tomada de decisões por parte de quem detém a agenda pública.

Em paralelo, pesquisas no campo da cultura, também podem surtir outro efeito para as democracias em crise, desde que utilizadas como parte de ações em que poderes passem a vigiar poderes, a fim de assegurar pesos e contrapesos nas tomadas de decisões e na análise continuada dos efeitos das políticas de dados. Assim, os indicadores culturais têm como funções básicas a simplificação, quantificação e comunicação dos seus resultados e interpretações, podendo servir como meio de compreensão do mundo da vida. Quando atrelado a estudos inéditos, faz-se necessário a aferição e realização de pesquisas continuadas a fim de acompanhar a construção de series históricas sobre o campo estudado.

Pontos de cultura - recorte metodológico

Para o recorte metodológico, esta pesquisa tem como foco a coleta de dados sobre a atuação de Pontos de Cultura do Estado de Goiás. Estes que conforme norma legal em vigor, podem ser tanto instituições sem fins lucrativos com finalidades educacionais e culturais quanto coletivos com representação de pessoa física. No artigo 4º da Lei 13.018/2014, que institui a *Política Nacional de Cultura Viva* (PNCV), os Pontos de Cultura são definidos como:

> [...] "entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades" (Brasil, 2014).

Em ambos os casos, são identificados como Pontos de Cultura as organizações culturais de base comunitária que são reconhecidas como tais por meio do poder público federal no cadastramento direto

na Plataforma Cultura Viva ou aprovados em editais e chamadas públicas. A articulação de atividades em rede junto às comunidades é ponto chave para a atuação junto com a cultura viva.

Em Goiás, as Redes Cultura Viva são formadas por Pontos e Pontões de Cultura que mobilizam ações circenses, teatrais, musicais, artesanais, os quatro elementos do hip hop, meio ambiente e educação comunitária, dentre outras. Eles estão espalhados de forma capilarizada pelo interior do estado e em bairros periféricos da capital. Conforme dados da Rede de Incentivo e Disseminação de Iniciativas Culturais – Plataforma Cultura Viva, existem 147 organizações reconhecidas como Pontos de Cultura, presentes em todas as regiões do estado de Goiás.

A ferramenta criada para o Mapeamento e Diagnóstico dos Pontos de Cultura do Estado de Goiás foi um formulário *online* (questionário) de 67 questões, organizado em três módulos: identificação, diagnóstico (informações sustentabilidade: econômica, política, social, cultural, ambiental e comunicacional) e mapeamento temático da cultura digital os quais os Pontos de Cultura puderam preencher durante o período de 11 de outubro a 10 de dezembro de 2024.

Esta primeira parte do mapeamento e Diagnóstico consiste na atualização dos dados cadastrais dos Pontos de Cultura do estado de Goiás, que tem o intuito de reunir informações relativas aos seus contatos telefônicos, endereço de e-mails e redes sociais, bem como a cidade em que tem sede e nome da instituição. Esses dados sensíveis fazem parte da análise empreendida.

Para a elaboração desta primeira parte do formulário, foi tomado como critério o conjunto de informações básicas de contato dos Pontos de Cultura reunidos em cadastros anteriores organizados pela Rede de Pontos de Cultura do estado de Goiás bem como da listagem que é gerada a qualquer cidadão junto a plataforma do Governo Federal, a Rede de Incentivo e Disseminação de Iniciativas Culturais – Plataforma Cultura Viva. A partir de uma análise desses dados, com olhar para sua utilidade, amplitude, atualidade

e respectivas lacunas, foi possível propor uma proposta de informações para compor o cadastro atualizado.

O objetivo do Diagnóstico é identificar a situação atual dos Pontos de Cultura sob as dimensões de sua sustentabilidade e manutenção das suas atividades em escala econômica, política, social, cultural, de comunicação e de articulação em rede. Destaca-se que nessa camada da coleta de dados, nenhum Ponto de Cultura é identificável.

O recorte temporal deste módulo compreende os anos de 2021 a 2024. Dessa maneira, será possível obter um diagnóstico mais preciso do impacto das Leis Emergenciais de fomento à Cultura (Lei Paulo Gustavo e da Lei Aldir Blanc) nos Pontos de Cultura e, a partir dos dados coletados, permitir que a Rede de Pontos de Cultura do Estado de Goiás possa traçar estratégias coletivas para articulação e ações compartilhadas entre os Pontos de Cultura e a consecução de políticas culturais.

Com o Diagnóstico, a sistematização de informações relativas às ações dos Pontos de Cultura e aos recursos mobilizados para mantê-lo em funcionamento, com sua equipe em atividade, seu espaço físico ocupado e suas ações culturais serão detalhadas a fim de uma compreensão melhor sobre a atuação destes. Vale destacar que o Diagnóstico não é composto apenas por percepções, mas resulta de dados disponíveis e descritivos.

Dessa maneira, há perguntas que requerem o levantamento de informações e a realização de cálculos e reflexões. Por isso destacamos que o Diagnóstico constitui um processo pedagógico e formativo, é uma oportunidade do Ponto de Cultura realizar uma reflexão acerca de sua própria atuação.

O Diagnóstico é composto de 37 questões fechadas, Todas as perguntas contemplam a alternativa "outros", caso a resposta do Ponto de Cultura não se encaixe em nenhuma das alternativas apresentadas, o campo "outros" fica aberto para registo livre do respondente. As questões foram separadas entre: Dimensão

sociocultural, Dimensão econômica, Dimensão política e de articulação e Dimensão comunicacional.

Antes da coleta de dados do Diagnóstico ser disponibilizado para os Pontos de Cultura, profissionais especializados em pesquisa quantitativa e aplicação de instrumentos estatísticos testaram o formulário online. Essa validação externa foi uma ocasião importante para os retornos quanto à navegação do formulário, a clareza das perguntas, possíveis erros de obrigatoriedade de uma única resposta em questões de múltipla escolha, dentre outras questões. Também foi um momento de mudar a ordem das perguntas e a descrição das questões para que os respondentes pudessem refletir sobre cada resposta e, consequentemente, sobre a atuação do Ponto de Cultura em que faz parte.

Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas e disparo do formulário para preenchimento *online* por meio de *malling list* que estão inseridos representantes dos Pontos de Cultura. O instrumento de pesquisa coletou os dados no período entre 11 de outubro a 10 de dezembro de 2024. Além desses contatos, o constructo da pesquisa foi elaborado a fim de possibilitar o preenchimento dos respondentes, sendo divulgado em grupos de mensagens da Rede de Pontos de Cultura do estado de Goiás. Com essas duas estratégias foram coletadas 67 respostas. Ao realizar o processo de limpeza para iniciar a análise dos dados coletados, percebeu-se que um dos Pontos de Cultura respondeu o formulário duas vezes com respostas idênticas. Assim, a amostra desta pesquisa compreende 66 Pontos de Cultura.

Análise de dados

A apresentação descritiva dos dados coletados é analisada em consonância com o objetivo da pesquisa. Para isso escolheu-se realizar um trabalho quantitativo cuja estatística descritiva contribuirá para

análise de dados e conversão destes em informação descritiva. As etapas de coleta, organização, interpretação e análise de dados, foram realizadas seguindo os principais manuais de metodologia científica, entre eles Marconi e Lakatos (2017) e Gil (2017).

Assim, por meio de método estatístico sistemático (tabelas e gráficos) e de estatística descritiva (MARCONI; LAKATOS, 2017), as etapas de interpretação e análise dos dados foram organizadas por meio do SPSS e serão apresentados na próxima seção.

Apresentação e discussão dos resultados

Nesta seção se refere a análise e diagnóstico dos Pontos de Cultura do estado de Goiás pesquisado com o recorte temporal dos anos de 2021 a julho de 2024, resultante dos dados extraídos dos formulários respondidos por 66 Pontos de Cultura. Como apresentado anteriormente, o formulário é um compilado sobre diversos temas, com questões construídas e que desenham uma matriz de dados. Mesmo assim, diversas fotos podem ser captadas de um mesmo retrato, o que irá diferir entre elas será a escolha e oferta de dados e como eles serão tratados.

O percurso deste retrato, datado de 2021 a julho de 2024 começa por caracterizar os Pontos de Cultura de forma mais ampla, trazendo dados acerca da institucionalidade, distribuição territorial, áreas de atuação, acesso a fomentos, dentre outros dados. Nos tópicos adiante abordaremos assuntos mais específicos e que contornam os principais pontos deste retrato, tais como: mobilização de recursos, participação e articulação em redes, infraestrutura e serviços prestados pelos Pontos de Cultura, diversidade sociocultural e comunicação. Também se analisa a participação dos Pontos de Cultura nas Leis Emergências da Cultura – Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo. São dados que buscam arrolar como os pontos participaram deste processo de acessar e executar os projetos e de garantir a manutenção de seus trabalhos. Além disso, buscou levantar dados acerca do alcance de públicos, instâncias de participação social, pessoas remuneradas direta e indiretamente, dentre outros aspectos.

Por fim, vale ressaltar, que este diagnóstico aponta para um agrupamento de temas que devem ser aprofundados e expandidos em momento posterior. Aqui, o que buscamos compor foi um conjunto de dados que possam primeiramente identificar os Pontos de Cultura e diagnosticar as principais pautas dentro das dimensões econômicas, sociais, políticas e comunicacionais a fim de contribuir com o fortalecimento da Rede e dos Pontos de Cultura.

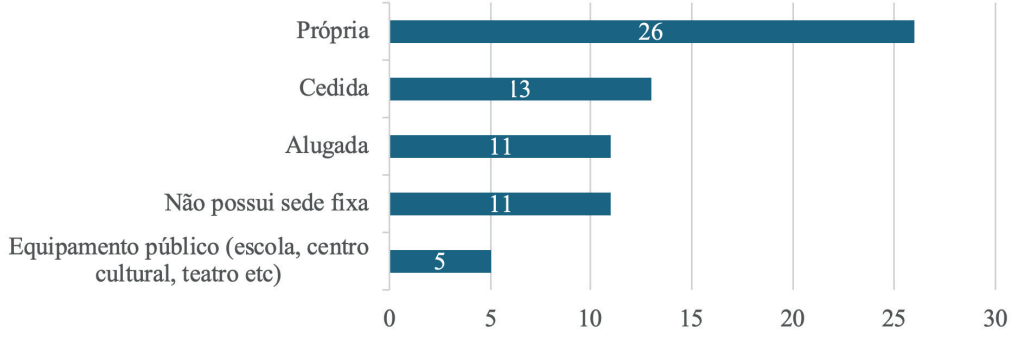
Apresentamos abaixo o primeiro Retrato dos Pontos de Cultura do estado de Goiás entre os anos de 2021 a julho de 2024.

Formalização, sede e infraestrutura dos pontos de cultura

O mapeamento e diagnóstico da Rede Cultura Viva do estado de Goiás foi respondido por 66 Pontos de Cultura, deste total, 51 (77%) se configuram como Pessoa Jurídica e 15 (23%) como Coletivo, representado por Pessoa Física, sendo possível mensurar que há alto grau de formalização da Rede Cultura Viva do Estado de Goiás e a pejotização dos Pontos de Cultura. Entretanto, o reconhecimento da atuação dos Pontos de Cultura em forma de coletivos demonstra a existência de formatos de representação horizontais da atuação destes 23% Pontos de Cultura.

Sobre o espaço de atuação dos Pontos de Cultura, conforme Tabela 1, destaca-se que a maior incidência (26 PC's – 39%) possui sede própria para o manejo administrativo de suas atividades. No que diz respeito ao estabelecimento cedido, 13 Pontos de Cultura se configuram nesta relação. Alugadas (11) e Não possui sede fixa (11) tiveram a mesma frequência. Dos que utilizam Equipamentos públicos, tais como escolas, centros culturais, teatros e demais espaços da comunidade para realização das suas atividades 7,5% (5) Pontos de Cultura se enquadram neste quesito. Setenta e seis porcentos 76% dos Pontos de Cultura utilizam suas sedes para a realização das atividades comunitárias e administrativas, 24% (16 Pontos de Cultura) realizam suas atividades sem o estabelecimento de uma sede fixa.

Tabela 1- Sede do Ponto de Cultura é:



	Equipamento público (escola, centro cultural, teatro etc)	Não possui sede fixa	Alugada	Cedida	Própria
Frequência	5	11	11	13	26

*A sede é compreendida como o espaço de atuação do Ponto de Cultura não necessariamente o seu endereço.
Fonte: Mapeamento e Diagnóstico da Rede de Pontos de Cultura de Goiás 2021-2024.

Infraestrutura, serviços prestados pelos pontos de cultura e acessibilidade

Quando consultados acerca da infraestrutura disponível para uso público e comunitário, espaço para apresentações tais como auditório, teatro de bolso, lona de circo e outros foram os elementos com maior recorrência dentre as respostas. Equipamentos de som e audiovisual como microfone, câmeras, filmadoras, caixas de som, mesa de som, mesa de iluminação foram marcados por 34 Pontos de Cultura. Salas para oficinas artísticas e culturais, em condições de acolher trabalhos com corpo, artes, leitura e outros são disponibilizadas por 33 Pontos de Cultura mapeados. Trinta e três possuem cozinhas, 30 possuem salas de reuniões com cadeiras e mesas para uso comunitário e 26 Pontos de Cultura têm bibliotecas à disposição da comunidade.

Os Pontos de Cultura que marcaram "outros" totalizam 21. Uma inscrição que não marcou nenhum espaço nem equipamento

disponível informou no campo "outros" 'ter tido tudo roubado'. Isso desperta um alerta para práticas indesejadas que ocorrem com frequência e para as quais é necessário estar atento e garantir condições de segurança visando preservar a integridade dos espaços, equipamentos e infraestrutura do Ponto de cultura. No compilado do campo "outros", com destaque a Pontos de Cultura que possuem em seu repertório de acolhimento comunitário quadra de esportes, estúdio de podcast, trilhas e locais para camping e trabalhos desempenhados com agroflorestas, espaços para eventos e teatro ao ar livre. Também, Pontos de Cultura que utilizam a porta da rua como espaço de socialização e realização de atividades comunitárias demonstrando profícua atuação junto ao poder público local, tendo em vista que estes são responsáveis pela autorização do uso do espaço da via pública.

O Diagnóstico também procurou identificar quais serviços são oferecidos pelos Pontos de Cultura junto às suas comunidades e as respostas reforçam o viés pedagógico do Cultura Viva e sua contribuição no fortalecimento comunitário. A intersecção entre cultura e educação apareceu com muita força nos 54 Pontos de Cultura que afirmaram realizar formações artísticas e culturais. Cinquenta e quatro Pontos informaram oferecer ações culturais de fortalecimento dos laços de pertencimento da população, o que reforça o viés do vínculo comunitário praticado pelos agentes da Rede de Pontos de Cultura do estado de Goiás.

No que diz respeito ao uso de tecnologias de acessibilidade cultural direcionada ao acesso de pessoas com deficiência, os dados do Diagnóstico revelam que a Rede Goiana de Pontos de Cultura é expressiva no campo da educação e cultura inclusivas. Além da adequação do espaço físico, as medidas de acessibilidade adotadas pelos Pontos de cultura envolvem o desenvolvimento de práticas pedagógicas e conteúdos culturais acessíveis e inclusivos.

Atuação dos pontos de cultura

A atuação dos Pontos de Cultura se configura de forma transversal em várias áreas comunitárias, pois apresenta complexidades diante da pluralidade de iniciativas realizadas. Para dar conta das identidades e atuações que os pontos desempenham, o constructo utilizou duas categorizações: a primeira relativa à atividade principal (como o Ponto quer ser identificado prioritariamente) e outra voltada às atividades secundárias que o Ponto desenvolve. Desta maneira, foi possível agrupar as áreas de atuação com maior precisão, além de proporcionar um levantamento geral do conjunto das atividades realizadas pelos Pontos.

No que se refere às áreas de atuação principal, conforme Gráfico 7, dos 66 Pontos de Cultura, as Culturas Populares e Tradicionais predominaram com 39,3% (26), Linguagens Artísticas aparecem com 18,1% (12), Economia da Cultura, Solidária e Criativa 10,6% (7), Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 6% (4), a formação e educação cultural 4,5% (3) e o Gênero, Diversidade e Direitos Humanos 4,5% (3). Outras oito áreas foram destacadas, contudo, somadas, chegaram a 21,2% (14). Tanto a categoria Territórios Rural e Cultura Alimentar quanto Culturas Indígenas e Mãe Terra não pontuaram.

Para além da atividade principal do Ponto, ou seja, como ele se reconhece, também buscamos compreender quais outras atividades secundárias são incorporadas na atuação e mediação com os territórios. Este exercício foi muito importante, pois evidenciou o caráter multidisciplinar e multifacetado dos Pontos de Cultura, ao relevar uma cartografia diversa e complexa de trocas de conhecimentos de diversas áreas do setor cultural.

Esta constatação demonstra que um mesmo Ponto de Cultura, além da sua atuação principal, desenvolve uma série de atuações secundárias dentro do seu planejamento de atividades e interlocução com os territórios. Desta maneira, um ponto de cultura pode ter como atuação principal as linguagens artísticas, mas também trabalha

com acessibilidade cultural e equidade, livro, leitura e literatura e assim por diante.

Outrossim, esta perspectiva de trabalhar com a atuação principal e secundária dos pontos também demonstrou que uma sobreposição de diversas atuações por meio das atividades secundárias. Isso fica evidente no Gráfico 8, que segue abaixo, o qual relaciona as atividades principais e secundárias. Revelando por exemplo, que atuações menos expressivas enquanto atividade principal, como formação e educação cultural tem 03 Pontos, mas quando olhamos como atividade secundária, 11 Pontos têm esta atuação incorporada nas suas atividades.

Mesmo as atuações mais numerosas, como é o caso das culturas populares e tradicionais, quando vistas nas atividades secundárias segue entre os maiores números de incidência, ou seja, 35 pontos a escolheu como campo de atuação junto às suas comunidades. Destaca-se o não registro das categorias Territórios Rural e Cultura Alimentar e Culturas Indígenas e Mãe Terra por não pontuarem como atividade primária nem secundária. Cultura, Territórios de Fronteira e Integração Latino-americana apenas um Ponto de Cultura atua nessa área como atividade primária, não consta registro como atividade secundária. Segue gráfico comparativo das áreas de atuação mapeadas.

Observa-se que além de Pontos de Cultura (66) reconhecidos por editais de fomentos junto aos municípios, estado e/ou Ministério da Cultura ou mesmo com certificado de reconhecimento emitido pelo órgão federal da cultura, as instituições e coletivos também possuem outros reconhecimentos junto ao ecossistema da Cultura Viva. Destaca-se que como Pontinho de Cultura, com atuação direta em cultura e infância, foi registrado 27 respostas, seguido por Ponto de Leitura com o total de 21 incidências e 20 para Pontos de Memória. Essa transversalidade de atuação, demonstra a capilaridade das organizações culturais de base comunitária em apresentar nos seus portfólios a atuação em áreas distintas, como Ponto de Cultura Digital

(7) e Ponto de Cultura Audiovisual (4) que também aparecem no repertório da rede. As chancelas como Pontões de Cultura ainda estão presentes no repertório de atuação da Rede Cultura Viva no estado de Goiás, sendo, 02 Pontões de Bens e 03 Pontões de Cultura Territorial/Temático.

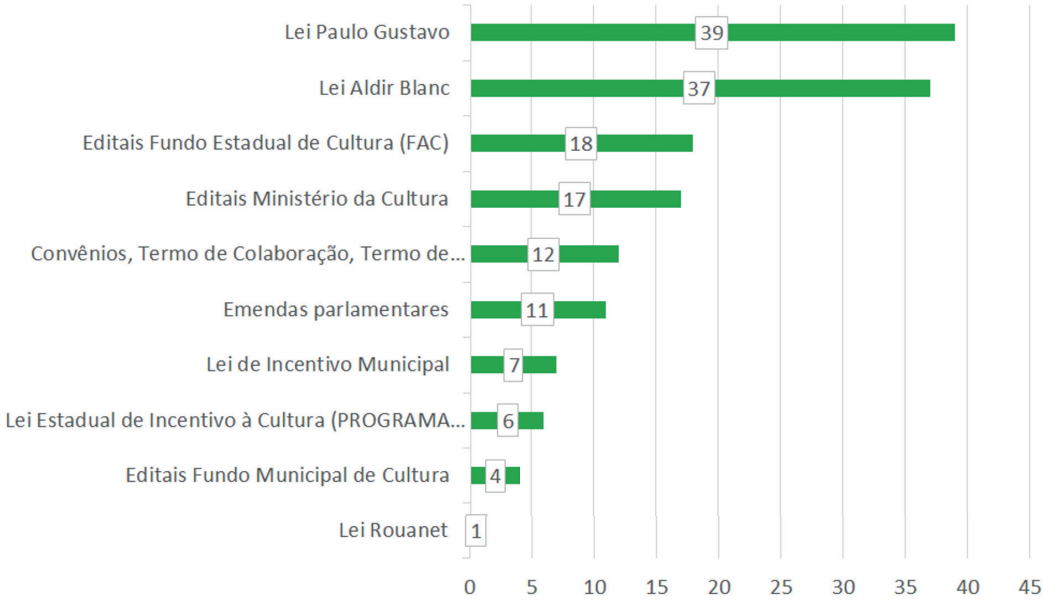
Recursos públicos, manutenção e sustentabilidade

Na dimensão econômica, de acesso a recursos públicos, manutenção das atividades e sustentabilidade do fazer cultural de base comunitária, o Diagnóstico buscou investigar as principais fontes de recursos dos Pontos de Cultura e compreender a recorrência do fomento público. Além do acesso a fontes variadas de fomento, entre recursos de destinação direta à cultura via fundo e da captação junto ao setor privado mediado pelas leis de incentivo à cultura. Também a mobilização de recursos não monetários, orientados por práticas solidárias de trocas diretas e ajuda mútua.

Os dados sistematizados revelam que os Pontos de Cultura combinam diferentes lógicas econômicas, ao acessar predominantemente recursos públicos, por meio de editais e prêmios, ao mesmo tempo em que dinamizam ações econômicas de produção e distribuição que não se realizam por meio do dinheiro, mas pela reciprocidade. Essa capilaridade econômica é fundamental para promover a sustentabilidade dos Pontos de Cultura e garantir maior segurança e estabilidade para suas ações a médio e longo prazo. A partir dessa relação econômica de base simbólica e monetária, é possível notar que os Pontos de Cultura mobilizam economias de base comunitária.

A partir dos dados é possível identificar as possibilidades de acesso aos fomentos públicos à Cultura. Apesar da diversificação econômica, a forte predominância do fomento público no universo dos Pontos de Cultura é significativa e merece maior detalhamento, sobretudo no maior acesso a fontes de recursos públicos para a cultura instalados recentemente; tais como a Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo.

Tabela 2 – Fontes de recursos públicos acessados de 2021 a 2024 pelos Pontos de Cultura.



(Pergunta de Múltipla Escolha.)
Fonte: Mapeamento e Diagnóstico da Rede de Pontos de Cultura de Goiás 2021-2024.

No que diz respeito ao acesso a recursos públicos entre 2021 e 2024, 77% das entidades ou coletivos reconhecidos como Pontos de Cultura declararam ter acessado algum recurso com fonte pública. Dentre as possibilidades de acesso, a Lei Paulo Gustavo é a ação pública mais recorrente no conjunto dos Pontos de Cultura que integram a amostra deste mapeamento, com acesso de 39, seguida pela Lei Aldir Blanc, com a frequência de 37. Segundo as respostas ao formulário do Diagnóstico, os Editais do Fundo Estadual de Arte e Cultura de Goiás (FAC-GO) foram acessados, contemplando 17 Pontos de Cultura, o que representa mais de 14% do universo mapeado. A captação de recursos por meio de emendas parlamentares é informada por 11 pontos.

Ao comparar a captação de recursos proveniente de incentivos fiscais oferecidos pelos três entes federados, há maior recorrência de acesso aos municipais e menor alcance aos recursos federais. Apesar da proximidade de respostas, entre a Lei Municipal de Cultura e a

estadual há maior incidência de mobilização de recursos públicos municipais (5,6%). A Lei Estadual de Incentivo à Cultura (Programa GOYAZES) foi acessada por 6 Pontos de Cultura (4,8%), enquanto apenas 1 Ponto de Cultura captou recursos da Lei Rouanet no período de 2021 a 2024.

No que diz respeito ao fomento público municipal, embora a maior parte das cidades não possuam Sistemas Municipais de Financiamento à Cultura, o acesso ao incentivo fiscal e a fundos municipais de cultura também é realizado pelos Pontos de Cultura. Por meio de Editais dos Fundos Municipais de Cultura, o acesso a recursos públicos pelos Pontos de Cultura alcançou 4 entidades ou coletivos. Destaca-se que no estado de Goiás apenas três (3) cidades possuem fundos municipais de cultura que possuem publicação de editais com fontes próprias (Goiânia, Anápolis e Rio Verde.) de forma periódica.

Por meio do acesso com uso de instrumentos jurídicos indiretos, ou seja, os que não requerem concorrência pública, os Convênios ainda são os mais conhecidos. Atualmente, juridicamente, essa modalidade de acordo junto com o poder público não é mais usada desde que foi pactuado o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) no qual estabelece instrumentos menos burocráticos, como: termo de colaboração, termo de fomento, termo de compromisso ou acordo de cooperação. A própria denominação de convênios é atribuída a um vício de linguagem a fim de facilitar o entendimento. Doze Pontos de Cultura marcaram que acessaram recursos públicos utilizando um desses instrumentos.

No que diz respeito às principais dificuldades para acessar recursos públicos, o principal obstáculo sinalizado pelos Pontos de Cultura, totalizando 20,5% da escolha, foi a burocracia e a documentação. Essa dificuldade atravessa tanto para inscrição e modelagem dos projetos socioculturais quanto para a prestação de contas. A falta de equipe para lidar com a captação de recursos e acesso ao fomento, é uma dificuldade presente em 27 Pontos de Cultura, seguida pela

dificuldade em elaborar projetos (22 Pontos de Cultura), seja em termos de conhecimento técnico para a elaboração de projetos, quanto no que diz respeito a disponibilidade de tempo para sua formulação.

Dificuldades relativas aos editais foram recorrentes e diversas, com menções parecidas ao curto prazo de inscrição (20 Pontos de Cultura) e falta de informações e orientações para seu acesso (idem). A ausência de um calendário de editais com prazos pré-definidos de inscrição é um dificultador por não oferecer uma regularidade no fomento e não permitir um planejamento para a elaboração e a apresentação de projetos. A pouca orientação para participar dos certames foi lembrada por 17 Pontos de Cultura. Restrições relativas ao CNPJ, como irregularidades e ausência de Cadastro, e irregularidades no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI - também foram mencionadas como dificuldades no acesso a recursos públicos pelos Pontos de Cultura, embora com baixa incidência dentre as respostas.

Participação e articulação em redes

Ao analisar as respostas relativas à atuação dos Pontos de Cultura nos espaços de participação social, fica evidente o engajamento político estadual das entidades e coletivos, com a Rede Estadual de Pontos de Cultura de Goiás tendo a participação ativa de 26 Pontos de Cultura e o Fórum Goiano dos Pontos de Cultura com 9 participantes. No que diz respeito à articulação local, 13 Pontos de Cultura confirmaram participar dos Conselhos Municipais de Política Cultural e apenas 3 participam de Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural.

Os espaços de participação da Cultura Viva também contam com baixo protagonismo dos Pontos de Cultura, haja vista que 4 Pontos afirmaram ter participado dos encontros estaduais da TEIA e 8 da TEIA Nacional. A Comissão Nacional de Pontos de Cultura - CNPdC - e o Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC – não constam representantes que participaram desta pesquisa. Apesar de

haver 23 Pontos de Cultura do universo mapeado que afirmaram não integrar nenhum espaço de participação social, todas as demais respostas demonstram a participação ativa dos Pontos de Cultura no desenho das políticas públicas culturais, como é possível ver no gráfico a seguir:

A participação dos Pontos de Cultura na Rede Estadual é de baixa expressividade. Vinte e dois Pontos de Cultura afirmaram participar de poucas atividades da Rede, 9 desconhecem a atuação da Rede e outros 9 não participam das reuniões. Seguido por 18 Pontos de Cultura que participam de quase todas as reuniões da Rede e 11 que participam de poucas reuniões da Rede. Quando há atividades em Comissão, tais como a produção de documentos coletivos, 9 Pontos de Cultura declaram participar dessas atividades.

Conforme detalhado, ao analisar de maneira mais específica os dados relativos da participação na Rede Estadual de Pontos de Cultura de Goiás, é possível identificar que há maior frequência de participação nas reuniões da Rede do que nas atividades que ela promove. Embora o desconhecimento da Rede e de suas atividades seja pequeno, manifestado por apenas 9 Pontos de cultura, este é um dado que requer atenção e trabalho articulado. Ao serem perguntados a respeito do que consideram importante para aumentar a sua participação na Rede de Pontos de Cultura do estado de Goiás, conforme detalhado no Gráfico 15, 42 Pontos de Cultura assinalaram a necessidade de ter mais informações sobre a Rede e suas atividades e 37 destacaram a importância de aumentar a equipe de trabalho do Ponto de Cultura a fim de participar das atividades em Rede.

Ter contato mais direto com membros da comissão da Rede de Pontos de Cultura do Estado de Goiás aparece com a incidência de 35 Pontos de Cultura. Ampliar o acesso às ferramentas de comunicação e difusão das atividades da Rede, como site, grupo de Whatsapp, calendário de atividades, agenda de reuniões etc. foi outro aspecto importante reconhecido por 33 Pontos de Cultura para aumentar sua participação na Rede.

Questões relativas a limitações para integrar a comissão ou o Comitê estadual da Rede de Pontos de Cultura, também impactam no pouco engajamento, haja vista que 28 Pontos afirmaram ser importante para poder participar mais da Rede.

Considerações finais

Obter um retrato da Rede de Pontos de Cultura no Estado de Goiás é fundamental para se pensar e estimular as tomadas de decisões sobre uma política de estado que está capilarizada em mais de 48 municípios goianos. Porém, os gargalos no acesso às políticas de fomentos, bem como o amadurecimento na gestão de recursos captados pelos Pontos de Cultura precisa ser olhado com mais precisão a fim de mitigar a mortalidade das instituições e coletivos. Outra atenção merecida é o de organização dos Pontos de Cultura em Rede, no qual a pesquisa assinala um baixo engajamento nos modelos de participação social existente e impostos para os Pontos de Cultura.

Em outro aspecto a pejtotização da cultura viva aparece como prejuízo desta política em que nasce como possibilidade de assegurar os direitos culturais e começa a se aprisionar na positivação de CNPJ's. Os modelos de gestão cultural em coletivos, passa a ser o mais profícuo desdobramento dessa política cultural que tem como espirito da lei a dimensão comunitária do mundo da vida.

Neste regime de biopolítica, os indicadores culturais devem tomar parte do elemento categórico nas decisões da agenda pública. Entretanto, o regime de informação estabelecido deve ser revisitado com frequência a fim de mitigar o impacto da digitalização das decisões como sugere Byung-Chul Han e o seu uso coercitivo na política cultural.

Referências

BENHAMOU, Françoise. A economia da cultura. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

BRASIL, **Política Nacional de Cultura Viva**. Lei 13 018/2014. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm> acesso em 28 setembro. 2024.

CARRASCO ARROYO, S. Medir la cultura: una tarea inacabada. *Periférica*, Cádiz, v.1, n. 7, p. 140-168, 2006.

GREFFE, Xavier. A economia artisticamente criativa: arte, mercado, sociedade. São Paulo: Iluminuras; Observatório Itaú Cultural, 2015.

HAN, Byung-Chul, Infocracia: Digitalização e crise da democracia. Editora Vozes, Petropolis, RJ, 2022.

IBGE. *Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2009-2020*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101893> acesso em 22 de outubro de 2024.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade Marconi. Fundamentos de metodologia científica 1. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LOPES, Pablo. Cultura Viva Conceito-Fronteira: as redes de pontos de cultura do estado de Goiás. O Público e o Privado, Fortaleza, v. 22, n. 46, p. 17–31, 2024. DOI: 10.52521/22.11914. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/11914. Acesso em: 8 jan. 2025.

MAPEAMENTO e diagnóstico dos pontos de cultura de Minas Gerais [livro eletrônico] / Ana Paula do Val... [et al.]. – Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, 2021.